



Acórdão n.º 25 – 2025/2026

N.º Processo: 25/PA/2025-2026

Tipo de processo: Sumaríssimo

Competição: PO2 – CAMPEONATO DE PORTUGAL A2 MASCULINOS

Data: 14/12/2025 - Hora: 16:05 - Local: Senhora da Hora

Clubes:

- **Visitado:** Leixões Sport Club (LSC)
- **Visitante:** Lagoa Académico Clube (LAGAC)

O Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Natação (FPN) acorda o seguinte:

É objecto do presente Acórdão o jogo de Pólo Aquático em referência, relativamente ao qual foi instaurado o processo acima identificado, o qual, por se encontrarem reunidos os requisitos constantes dos artigos 97.º e 98.º do Regulamento Disciplinar, segue a forma de **processo sumaríssimo**.

1. O Conselho de Disciplina analisou os seguintes documentos:

a) Acta do jogo;

b) Relatório dos Árbitros subscrito por **RUI BANDEIRA** e **JOSÉ GRANDE**, no qual, com relevância disciplinar, se refere que **“A equipa da casa (LSC) (...) não apresentou delegado de campo.”**

2. O Leixões Sport Club (LSC), no dia 16/12/2025 (09:51 horas), através de mensagem de correio electrónico de «lsc.poloaquatico@gmail.com», apresentou defesa nos autos, subscrita pela Directora da Secção de Polo Aquático do clube, Ana Pinto, na qual se alega, em síntese, o seguinte:

- “O Relatório do jogo (...) refere que o Leixões não apresentou delegado ao jogo, mas tal facto não é verdade, eu, Ana Pinto estive no recinto de jogo e inclusivé no final recebi da equipa de arbitragem a folha de acreditação. Penso que possa ter havido alguma falha de comunicação, ou como não

PARCEIROS INSTITUCIONAIS



PARCEIRO OFICIAL



PATROCINADOR OFICIAL



PARCEIROS





estava com camisola do leixões e era uma equipa na mesa que não conhecia possam ter achado que não estava ninguém.”

3. O relatório de arbitragem consigna que ***“A equipa da casa (LSC) (...) não apresentou delegado de campo.”***

3.1 O artigo 4.º do Regulamento Específico do Campeonato de Portugal A2 Masculinos (PO2), integrante do Regulamento de Provas Nacionais de Polo Aquático 2025/2026, estabelece que ***“1. Nos jogos do Campeonato de Portugal A2, os clubes na condição de visitados devem indicar um Delegado de Campo, responsável por assegurar as condições regulamentares do recinto e auxiliar a equipa de arbitragem e o delegado federativo/técnico (...) 2. O Delegado de Campo é o primeiro elemento de contacto para resolução de situações logísticas ou organizacionais, sem funções disciplinares, devendo permanecer disponível e em local de fácil comunicação durante todo o jogo. 3. O incumprimento da obrigação de nomear Delegado de Campo, ou a não comparência do mesmo durante o jogo, quando relatado no relatório dos árbitros ou do delegado federativo, será sancionado com multa de 30€ a 150€, aplicada ao clube organizador.”***

3.2 No mesmo sentido, o artigo 13.º do Regulamento de Provas Nacionais de Polo Aquático 2025/2026 dispõe que ***“2. Em todas as provas oficiais, a entidade promotora deve nomear pelo menos um Delegado de Campo (...); 3. O Delegado de Equipa ou Dirigente e o Delegado de Campo não podem ser a mesma pessoa nos jogos disputados em casa. 4. O clube que não apresentar um Delegado de Campo será sancionado com multa de 30€ a 150€.”***

3.3 No jogo dos autos, incumbia ao LSC, na qualidade de clube visitado, nomear e assegurar a presença no encontro de Delegado de Campo, obrigação que incumpriu - ***“A equipa da casa (LSC) (...) não apresentou delegado de campo.”***

3.4 A defesa apresentada pelo LSC limita-se a contrariar o teor do relatório de arbitragem, sustentando que Ana Pinto esteve presente no recinto de jogo e que, segundo a mesma, *“Penso que possa ter havido alguma falha de comunicação, ou como não estava com camisola do leixões e era uma equipa na mesa que não conhecia possam ter achado que não estava ninguém.”*

3.5 Sucede que, o artigo 49.º, n.º 2, do Regulamento Disciplinar, estabelece que ***“os relatórios de arbitragem, bem como as atas de jogo, relativos a jogos de polo aquático, fazem fé quanto à matéria de facto neles contida, só podendo ser postos em causa se existir manifesta***

PARCEIROS INSTITUCIONAIS



PARCEIRO OFICIAL



PATROCINADOR OFICIAL



PARCEIROS





contradição entre eles e outros elementos objetivos constantes do processo”, inexistentes in casu.

3.6 Mais estabelece o artigo 98.º, n.º 5, do Regulamento Disciplinar que, em processo sumaríssimo, **“o Conselho de Disciplina apreciará e julgará com base em todos os elementos disponíveis, incluindo a defesa do arguido, mas não serão tidas em conta impugnações da matéria de facto constantes do relatório de arbitragem.”**

3.7. Pelo exposto, porque no domínio do direito disciplinar desportivo vigora a regra geral da presunção da veracidade dos factos materiais constantes dos relatórios de arbitragem, e porque no caso em julgamento tal presunção não foi ilidida por qualquer elemento objectivo idóneo, a versão dos factos apresentada pelo LSC não pode ser atendida.

3.8 Termos em que, o Conselho de Disciplina decide punir o LEIXÕES SPORT CLUB (LSC) na pena de multa no valor de €55,00 (cinquenta e cinco Euros), **por não apresentação de delegado de campo.**

- ✓ Notifique os agentes.
- ✓ Publicite.

Elaborado em 26 de dezembro de 2025.


Paulo Amil
(Presidente)

PARCEIROS INSTITUCIONAIS



DESPORTO
PARATÓDICO
PROGRAMA NACIONAL

PARCEIRO OFICIAL



PATROCINADOR OFICIAL



PARCEIROS





Susana Amaro
Susana Amaro
(Vice-Presidente)

Antonio Vaz de Almeida
António Vaz de Almeida
(Vogal)

PARCEIROS INSTITUCIONAIS



PARCEIRO OFICIAL



PATROCINADOR OFICIAL



PARCEIROS

